

# Cise é a sigla mais temida hoje para servidor público

Folha de São Paulo

Quando o primeiro ministro do Planejamento da então chamada "Nova República", João Sayad, propôs ao presidente José Sarney a criação do Conselho Interministerial de Salários das Estatais (Cise), destinado a orientar a política salarial das empresas públicas, ele certamente não imaginava a "criatura" que estava gerando para o futuro. Passados quase três anos da instituição, através do decreto presidencial 91.370, de 26 de junho de 1985, o Cise sofreu diversas alterações, sempre em reforço às suas atribuições originais, transformando-se na sigla mais temida entre os funcionários do setor público.

Influindo diretamente ou indiretamente na vida de cerca de 1,5 milhão de funcionários do setor público e controlando, cada vez com rigidez maior, a folha de salários que deve este ano ultrapassar a Cr\$ 7 trilhões (incluindo estatais, administração direta, fundações e autarquias), o Cise assumiu um papel de superconselho, empanando o brilho de outros colegiados poderosos, como o Conselho Monetário Nacional (CMN). Instituído como "desdobramento" do Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS), o Cise terminou por sepultá-lo de fato, embora ele continue integrando a estrutura do Ministério do Trabalho.

"O Cise é um resquício do autoritarismo", proclamou o presidente demitido do Banco do Brasil, Camilo Calazans, logo após transmitir o cargo a seu sucessor, Mário Berard. Com essa bandeira, Camilo passou, em poucas horas, da posição de preposto do patrão, que representava como presidente do BB, para a glória de ser aclamado em todo o País pelos 120 mil funcionários da instituição, festejado e carregado nos braços. "O Cise é um instrumento democrático de orientação da política de remuneração do pessoal das estatais", diria seu criador, o ministro João Sayad, ao defender a instituição do Conselho.

Autoritário ou não, o fato é que o Cise, nas últimas semanas, vem tomado medidas consideradas "duras" até mesmo por seus integrantes dentro da estratégia do Governo de combate ao déficit público. A última medida, adotada na reunião de quinta-feira, dá uma idéia dessa rigidez: o Conselho decidiu não mais examinar, como seria sua atribuição, os planos de cargos e salários das empresas estatais e órgãos públicos federais, exeto quando estiverem em sua data-base.

Em sua reunião anterior, dia 16 deste mês, o Cise sugeriu e teve aprovado pelo presidente José

Sarney no dia seguinte outra medida dura: proibir que as estatais e autarquias federais concedam qualquer tipo de benefício e vantagem extra-salarial — como auxílio-creche, auxílio moradia etc. — a seus funcionários, sob pena de responsabilidade administrativa de seus dirigentes. Antes disso travou, e ainda trava, uma dura batalha com os funcionários do Banco do Brasil, em torno da equiparação salarial com o Banco Central que conseguiram na Justiça do Trabalho. Por entender que no bojo da equiparação não poderia ser incluído um abono de 10% recebido pelos funcionários do Banco Central em outubro, o Cise decidiu arguir o Tribunal Superior do Trabalho, através da direção do BB, sobre a questão, que continua pendente.

Mas todas essas ações do Cise, seu presidente, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, define como imprescindíveis ao controle do crescimento das despesas com pessoal — tanto na administração direta quanto nas estatais — que impõe riscos de um maior descontrole orçamentário. Há receio, segundo ele, de que na administração direta a evolução das despesas de pessoal ultrapasse a receita disponível (receita tributária menos receitas vinculadas da União, Estados e municípios).